**MARCAS DISCURSIVAS DE UM CURRÍCULO PARA AS INFÂNCIAS NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Liana Pereira Borba dos Santos - Colégio Pedro II/RJ

Maria Clara de Lima Santiago Camões - Colégio Pedro II/RJ

Débora Sabina da Silva Geraldo - Colégio Pedro II/RJ

**Resumo**

Este trabalho se estrutura a partir das discussões realizadas no Núcleo de Pesquisa Experiências e Infâncias (NUPEI-CPII), no qual problematizamos forças discursivas que, em nome de uma normatividade, se expressam como tentativas de estabilização de sentidos. Investigamos o Projeto Político Pedagógico (PPP) enquanto discurso ambivalente, na medida em que reconhecemos sua condição efêmera e importante estratégia de articulação de políticas, práticas e concepções coletivamente constituídas (Vasconcellos, 2002; Veiga, 2011). Metodologicamente, analisamos o PPP elaborado por uma instituição federal de Educação Infantil, a partir das categorias *diferenças* (com foco nas étnico-raciais e de classe) e *democracia*. Percebemos a necessidade de uma revisão do documento pela comunidade escolar que congregue o debate acerca das diferenças, valorize as diversas produções culturais e se encaminhe como prática democrática, capaz de construir tessituras curriculares na perspectiva da emancipação.

**Palavras Chaves**: diferença, democracia, PPP, currículo.

**Introdução**

O Núcleo de Pesquisa Experiências e Infâncias (NUPEI-CPII) tem se dedicado, desde 2022, a pesquisar e articular reflexões teóricas, experiências e práticas na/para a Educação Infantil, a partir de uma perspectiva que evidencia as diferenças como mote e aposta na subversão da lógica escolar ancorada na previsibilidade, em direção a educação como experiência, como acontecimento, aberta ao ineditismo e a imprevisibilidade. Por isso, a participação em um seminário que se organiza a partir da perspectiva de *tessituras* nos convida a construir reflexões que potencializam o fazer, o processo, afastando-nos de uma perspectiva teleológica.

Apostamos, como movimento primeiro da nossa pesquisa, no diálogo com estudos culturais de base epistemológica e filosófica de Hommi Bhabha (2013), que nos faz questionar posições fixadas, polarizadas ou homogeneizadoras, em movimentos lineares de adequação a um modelo cultural e o faz a partir da ressignificação dos debates de diversidade sob a ótica pós-colonial. Este investimento teórico nos possibilitou ampliar nossa percepção acerca da cultura como diferença e investir numa compreensão não essencialista da mesma, o que em outras palavras, tal qual aponta Frangella (2017), evidencia que a diferença cultural pode ser compreendida como experiência radical, produção contingente e ambivalente, onde a homogeneização e apreensão cultural não se tornam possíveis.

Neste trabalho, pautamo-nos na investigação acerca do Projeto Político Pedagógico (PPP) na Educação Infantil enquanto força discursiva e ambivalente, na medida em que reconhecemos sua condição efêmera e apostamos na sua importância enquanto estratégia que articula políticas, práticas e concepções coletivamente constituídas por intermédio do processo de significação e do discurso, por uma dimensão simbólica e política em um sistema sempre aberto.

A partir do delineamento das categorias de diferença e democracia, analisamos o PPP de uma instituição federal de Educação Infantil, problematizando as forças discursivas que contingencialmente o compõem, como luta pela enunciação dos sentidos que se organizam em torno da escola enquanto espaço político e pedagógico.

**Caminhos de institucionalização do PPP**

Em uma perspectiva legal, a gestão democrática foi constituída como um fundamento das políticas educacionais no contexto de democratização brasileira nos anos 1980. Convém relembrar que a Constituição Federal de 1988 (art. 206, inciso VI), torna obrigatória a gestão democrática no ensino público. Já o art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9.394/96) reforça a questão ao apresentar a gestão democrática como um dos princípios da educação brasileira, sendo o projeto pedagógico um dos elementos a ela relacionados.

No âmbito da reflexão que articula o PPP com a gestão democrática da educação, alguns autores colaboram com relevantes conceituações do termo. Vasconcellos (2002), por exemplo, compreende o projeto político-pedagógico como um instrumento teórico-metodológico de mudança social, como elemento de organização da atividade prática da instituição, enfim, como "a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar" (p. 169).

Já Silva e Marques (2023, p. 2) elucidam sobre as três palavras que constituem o termo PPP, na medida em que é “projeto” porque reúne propostas de ações concretas a serem executadas durante determinado período; é “político” porque considera a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos; é “pedagógico” porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Ilma Passos Veiga (2011), por sua vez, ressalta a intencionalidade, o compromisso social, político e pedagógico do PPP. Afirma que o projeto, ao buscar um rumo, caracteriza-se como ação intencional e como compromisso que se organiza de forma coletiva. Aponta ainda para as perspectivas do “político” (como compromisso social) e do “pedagógico” (porque se articula a uma intencionalidade da escola em formar cidadão críticos, participativos, responsáveis, compromissados, críticos e criativos) como fundamentos de sua estruturação.

A partir dessas considerações, compreendemos o Projeto Político-Pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola. Diante da exigência ética e legal de efetivação de uma gestão democrática e participativa, é preciso pensar no desafio que a construção e efetivação do PPP como um compromisso social assumido em prol de uma coletividade.

**Tessituras de um PPP na Educação Infantil**

Metodologicamente, investimos no movimento de análise do PPP elaborado por uma instituição federal pública de Educação Infantil, em que buscamos verificar que fundamentos e concepções teórico-metodológicas embasaram o projeto. Ao nos debruçarmos sobre o documento em questão, destacamos três temáticas que dialogam entre si: as relações étnico-raciais, as relações socioeconômicas e a democracia.

As Leis nº 10.639 e nº 11.645/08 são um grande marco para pensarmos a necessidade de promover relações das instituições de educação com a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Apesar dos avanços legais, um grande desafio é a materialização nos currículos. Ao considerarmos as relações construídas no Brasil de colonialidade do saber e poder com relações sociais hierárquicas na sociedade capitalista em que as relações de classe e raça se encontram imbricadas e os negros e pobres estão em situação de desvantagem (Geraldo, 2023), percebemos que é de fundamental importância buscar construir relações de solidariedade e convivência que colaborem para romper com as desigualdades históricas e construir uma sociedade justa. Um dos elementos de extrema relevância no contexto escolar é o PPP.

A análise preliminar apontou para os modos como as categorias de análise foram apresentadas no documento. Atentamos também para os silenciamentos, pois entendemos que as ausências das reflexões sobre as relações étnico-raciais “[...] podem colaborar para a formação de indivíduos preconceituosos e discriminadores, fato que pode levar inúmeras crianças e adolescentes a cristalizar aprendizagens baseadas no pensamento acrítico dos adultos à sua volta” (Netto; Oliveira, 2023, p. 27).

A primeira parte do Projeto Político Pedagógico apresenta o processo de construção do documento, ressaltando os atores envolvidos e os desafios na busca de uma construção democrática. Posteriormente, destaca-se o histórico da instituição, o perfil das crianças atendidas, a equipe de trabalho e o espaço físico. Observamos que nessa seção não há qualquer referência que remeta à diversidade étnico-racial, salvo o perfil socioeconômico dos estudantes.

No segundo tópico do PPP são abordadas as prerrogativas legais; as Diretrizes Curriculares; os espaços e instrumentos de comunicação e diálogo com a comunidade escolar; a docência na educação infantil; e a formação continuada. Percebemos elementos que nos remetem à dimensão democrática e, no que tange às questões étnico-raciais, não há uma escrita própria dos profissionais que elaboraram o PPP pois esse tema só aparece na citação do artigo n.9 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).

Na terceira parte são abordados os "Fundamentos teórico-metodológicos": questões éticas, estéticas e políticas; interações e brincadeiras como eixos norteadores; infância; currículo e experiência; avaliação. No desenvolver da escrita, não há qualquer menção que leve a pensar sobre as questões étnico-raciais e socioeconômicas. A quarta parte aborda “Os princípios do projeto educativo” e contém trechos que demonstram a preocupação em considerar as diferenças étnico-raciais e as diferenças socioeconômicas, tendo a escuta, a diversidade e a alteridade nas relações cotidianas. A perspectiva democrática também aparece de forma clara.

A proposta pedagógica é o foco da quinta parte do PPP, com especial destaque para o planejamento e a organização do tempo, os projetos, ações inclusivas e avaliação. Também são desenvolvidos pensamentos para o seguinte questionamento: “A Educação Infantil: um conteúdo a descobrir?”. Percebemos uma preocupação em valorizar a diversidade das manifestações culturais produzidas pela humanidade e existem referências à perspectiva democrática.

**Algumas considerações para continuar o debate…**

Os destaques supracitados nos fazem pensar que há ainda um longo caminho a ser trilhado na reconstrução do Projeto Político Pedagógico que se encaminhe para a construção de um currículo que reconheça as diferenças, valorize as diversas produções culturais da humanidade sem hierarquização e que busque uma educação democrática. Precisamos construir uma Pedagogia Antirracista, que surge como

uma opção decolonial, no sentido de desconstruir estéticas e saberes cristalizados, estereótipos desumanizantes, desmantelando a ótica colonialista, a partir de um movimento de insurgência educativa propositiva, recriando e reconstruindo novas condições sociais, políticas e culturais de pensamento (Netto; Oliveira, 2023, p. 37).

Refletir sobre as questões raciais, socioeconômicas e de democracia que permeiam o cotidiano, se coloca como possibilidade de se abrir para o outro, para o encontro com as diferenças e, a partir da análise empreendida no documento, atentar para a urgência de (re)pensá-lo como documento vivo, e portanto, aberto a reformulações constantes. Colocamos em questão a importância de, ao retomá-lo coletiva e discursivamente, apontar para suas notórias ausências. Apostamos, deste modo, na sua (re)construção como prática democrática, capaz de construir tessituras curriculares na perspectiva da emancipação.

**Referências**

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_\_. *Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional Básica*. LDB - Lei nº 9394/96. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_\_. *Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- -Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

\_\_\_\_\_\_. *Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008*. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

GERALDO, Débora Sabina da Silva. *O financiamento da educação infantil e dilemas estruturais do Brasil*: classe, raça e capitalismo dependente. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

NETTO, Carolina Angélica Ferreira; OLIVEIRA, Luiz Fernandes. Afinal, por que construir uma Educação Antirracista e Decolonial? In: SOUZA, João José do Nascimento; JÚNIOR, Paulo Melgaço da Silva (Orgs.). *Caminhos para uma educação antirracista*: teorias e práticas docentes. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2023.

SILVA, Camila Perez da; MARQUES, Rosebelly Nunes. À guisa da democratização da gestão escolar: Análise Sobre o Processo de Reelaboração do Projeto Político Pedagógico em uma Unidade de Educação Infantil. In: *Contexto & Educação*, Ano 38, n. 120, 2023, p. 1-12. DOI:<http://dx.doi.org/10.21527/2179-1309.2023.120.12843>. Acesso em: 29 abr. 2024.

VASCONCELLOS, Celso S. *Planejamento:* projeto de ensino-aprendizagem e político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). *Projeto político-pedagógico da escola:* uma construção possível. 29. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. E-book. **Disponível** em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 07 maio 2024.